

Fundo Municipal de Cultura

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	1169/SG/2023
CONTRATADO	EDUARDO DIAS SANTANA
CONTRATO Nº	256 DISPENSA 479/2023
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO COMO PARECERISTA PARA ANÁLISE DE PROJETOS PRETENDENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA.
VALOR	R\$ 3.616,00
VIGÊNCIA	17/07/2023. 11/09/2023
CELEBRADO EM	17/07/ 2023

Ratifico por este Termo, a Contratação Direta - Inexigibilidade De Licitação nº 118/2023, Originada do Processo nº 585/2023 e Fundamentada no ART. 25. CAPUT e suas Alterações Posteriores, em Consonância com o Parecer Jurídico e Tendo em Vista Documentos que Instruem o Processo Administrativo em Epígrafe, Cujo Objeto é PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE PRODUÇÃO PARA EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS. Sendo Assim, Autorizo a Realização da Despesa no valor de R\$ 146.640,00 Ratifico em 21/07/2023. Washington Benigno de Freitas. Diretor Presidente

**REGULAMENTO Nº 005/ EDITAL Nº 013/FCCR/P/2023 REVELANDO SP**  
A FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO torna público aos interessados que no período de 20 a 31 de julho de 2023 encontram-se abertas inscrições para propostas de munícipes joseenses para participar do **Revelando SP** através da indicação de manifestações que promovam a valorização e difusão da sua cultura tradicional, de acordo com as normas estabelecidas no edital publicado na íntegra nos endereços eletrônicos: [www.fccr.sp.gov.br](http://www.fccr.sp.gov.br).

São José dos Campos, 20 de julho de 2023.**Washington Benigno de Freitas**  
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 057/P/2023

de 20 de julho de 2023

Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 079/P/2022 de 30 de junho de 2022, que nomeou o Gestor da Parceria dos termos de cooperação instituídos pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

O Diretor Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 079/P/2022 de 30 de junho de 2022, que nomeou o Gestor da Parceria dos termos de cooperação instituídos pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José dos Campos, 20 de julho de 2023

Washington Benigno de Freitas

Diretor Presidente

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº 058/P/2023

De 20 de julho de 2023

Nomeia o Gestor da Parceria dos termos de cooperação instituídos pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

O Diretor Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo no uso de suas atribuições regimentais baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º - Fica nomeada a empregada Monica Pereira de Paula, matrícula 27369, como Gestor da Parceria dos termos de cooperação firmados entre a Fundação Cultural Cassiano Ricardo e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (SMC) - organizações da sociedade civil, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

Art. 2º Compete ao Gestor da Parceria, o cumprimento das obrigações previstas no artigo 61, da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 094/P/2021, de 18 de outubro de 2021.

São José dos Campos, 20 de julho de 2022.

Washington Benigno de Freitas

Diretor Presidente

Registre-se.

Publique-se.

# IPSM

PORTARIA Nº 306/IPSM/23

De 17 de julho de 2023

O Superintendente do Instituto de Previdência do Servidor Municipal-IPSM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e VIII do art. 17 da Lei n. 10.408/2021, resolve:

Art. 1º Designar, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, para representar o Instituto de Previdência do Servidor Municipal no dever de acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato 12/IPSM/2023, firmado com D Ramos de Souza, para serviço de montagem de drywall para construção de uma sala no pavimento inferior do ISPM; os seguintes servidores:

Gestora:

Izabel Maria Cardoso, matrícula 58.

Fiscal:

Ana Carolina Belli Vieira, matrícula 36;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

São José dos Campos, 17 de julho de 2023.

Devair Pietrarroia da Silva

Superintendente

# Outros

## Secretaria de Apoio Social ao Cidadão

RESOLUÇÃO Nº 210/2023

Dispõe sobre anulação das questões da Prova Escrita do Processo de Escolha do Conselho Tutelar 2024/2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições, torna público, a decisão de anular questões da Prova Escrita do Processo de Escolha do Conselho Tutelar 2024/2028, em virtude de questões no caderno de provas serem formuladas com mais de uma alternativa de reposta, conteúdo diferente do previsto no edital e com mais de uma resposta.

CONSIDERANDO que o erro foi da empresa contratada para elaboração, aplicação e correção da prova, os candidatos não serão prejudicados.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Anular as questões da prova escrita, descritas no quadro abaixo.

Questão 03	Questão 11	Questão 15	Questão 16	Questão 23
Questão 36	Questão 37	Questão 38	Questão 39	Questão 40
Questão 41	Questão 42	Questão 44	Questão 45	

Art. 2º - A pontuação referente às questões anuladas serão redistribuídas às questões válidas.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

São José dos Campos, 18 de julho de 2023.

Edna Gomes Silva

Coordenadora do Colegiado do CMDCA

## Secretaria de Proteção ao Cidadão

Penalidade. De acordo com o exposto nos autos do Processo de Penalidade nº 27491/2023, a Prefeitura de São José dos Campos, através da Secretaria de Proteção ao Cidadão, Sr. Secretário Bruno Henrique dos Santos, com base no previsto nas Condições Gerais de Fornecimento, Item II, Letra E e F, alínea 2, DECIDE aplicar à empresa GVC ARQUITETURA ECONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 35.819.617/0001-18, com endereço na Rua Adolpho da Silva, 532 - Recanto Vital Brasil - Mauá/SP, as penalidades de : MULTA no valor de R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais) por **INEXECUÇÃO TOTAL** da AF 14866/2022 e suspensão temporária por 2 anos de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.